



Conselho de Ministros

O CONSELHO DE MINISTROS que reuniu ontem em S. Bento, sob a presidência do professor Palma Carlos, estudou diversos problemas de administração.

Durante a sessão foi analisada a situação criada na Companhia das Águas de Lisboa, tendo o ministro do Equipamento Social e Ambiente fornecido ao Conselho diversas informações.

O ministro da Coordenação Interterritorial expôs em seguida os temas a considerar na reformulação das estruturas ultramarinhas.

Entretanto — e embora isto já não consiste do comunicado distribuído no final da sessão — sabe-se que continuam pendentes para apreciação numerosos diplomas. Entre estes, os mais importantes são os que dizem respeito a reorganização prisional, a lei orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros, outro que prevê e inclui medidas urgentes a introduzir na organização e funcionamento da Polícia Judiciária, enquanto não se processa a reestruturação definitiva desta corporação. Também nessa situação se encontra já a nova legislação sobre a greve.

Ministério da Defesa extingue Movimento Nacional Feminino

POR DESPACHO do Ten. Cor. Mário Firmino Miguel, Ministro da Defesa, foi extinto o Movimento Nacional Feminino.

Alguns serviços deste organismo, de reconhecida utilidade, transferiram para a Liga dos Combatentes, agora presidida pelo General Piloto Aviador, João Anacoreta Almeida Vianna, que durante quatro anos exerceu em Angola, as funções de Comandante da 2.ª Região Aérea e de Comandante Chefe das Forças Armadas em Angola.

Foi ainda criada uma comissão que se encarregará de fazer a entrega à Liga dos Combatentes do património inventariado e também da verificação e fecho de contas do M. N. F.

O General Almeida Vianna, nomeado para o cargo pelo Ministro da Defesa, será coadjuvado, na direcção da Liga, por uma comissão central administrativa provisória, que exercerá funções até às próximas eleições.

Jorge Jardim apareceu na Beira

LOURENÇO MARQUES — Após ligados a grupos políticos da direita em Moçambique, confirmaram que o eng. Jorge Jardim esteve na Beira, nas últimas 24 horas, descobrindo-se se ainda ali se encontra — revelou ontem o Rádio Clube de Moçambique.

Entretanto, existe agora a certeza de que esteve hospedado no Hotel Chariton em Lourenço Marques. Este encontro com elementos de Lourenço Marques teve lugar em Lourenço Marques, na Rodésia, onde se infiltrou em Moçambique.

EXPRESSO em contacto telefonico com a Beira, soube e pode acrescentar que representantes do Movimento das Forças Armadas estiveram no «Notícias da Beira» a selar as portas da administração daquele órgão de informação de que era proprietário. A selagem foi efectuada depois de se ter verificado que estavam a tentar desviar documentos daquelas salas e que se propunham carregá-los numa viatura estacionada à porta do jornal e que foi impedida de partir.

Spínola recebe empresários

FOI ONTEM recebido pelo Presidente da República — Paiaço de Belém um grupo de 50 empresários da Confederação da Indústria Portuguesa, que contavam Jorge e José Manuel de M. Vinhas, Carlos Eugénio Correia da Costa, Champalimaud (filho do conhecido industrial Vasco Melo (Lisnav, presidente indigastado da Confederação).

Os empresários entregaram ao general Spínola uma exposição, na qual deram conta das suas apreensões quanto à actual situação económica do País.

Governador do B. N. U.

FOI JÁ NOMEADO para exercer o cargo de Governador do Banco Nacional Ultramarino o dr. Nuno Espinosa Gomes da Silva que, antes do 25 de Abril, desempenhava as funções de Vice-Governador.

O cargo de Vice-Governador, como é do conhecimento público, foi preenchido pelo dr. Oliveira Marques, que antes do 25 de Abril era administrador por parte do Estado daquela instituição de crédito.

Comissão política do P. P. D.

FORAM designadas a Comissão Política e a Comissão Central de Admissão do Partido Popular Democrático (PPD) que ficaram constituídas pelos seguintes democratas:

Comissão Política — António Barbosa de Melo, advogado; António Carlos de Lima, advogado; António Salazar Silva, profissional de seguros; Carlos Mota Pinto, prof. universitário; Francisco Pinto Balsemão, advogado; Francisco Sá Carneiro, advogado; J. J. Magalhães Mota, advogado; Jorge Correia da Cunha, estudante; Jorge Figueiredo Dias, prof. universitário; Jorge Sá Borges, advogado; José Ferreira Junior, médico; Mário Montalvão Machado, advogado; Miguel Veiga, advogado.

Comissão Central de Admissão — Alexandre Betencourt, engenheiro; Alvaro Ramos Braz, operário da construção civil; António Andrade, arquiteto; António Lense de Castro, industrial; Artur Santos Silva, advogado; Flaviano Cortes, agricultor; João Silva Carvalho, estudante; Joaquim Trindade, gerente comercial; José Teodoro da Silva, delegado de propaganda médica; Júlio Castro Caldas, advogado; Olívio França, advogado.

Sessões plenárias dos trabalhadores da função pública

UM CADERNO ÚNICO de reivindicações imediatas dos trabalhadores da função pública vai ser posto à discussão nos plenários que se realizam hoje, no Porto, às 15,30 horas no Pavilhão Gimno-Desportivo do Futebol Clube do Porto e, amanhã, em Lisboa, às 15 horas no Pavilhão dos Desportos.

O secretário provisório dos trabalhadores da função pública faz entrega, na segunda-feira, do caderno de reivindicações que foi aprovado nestas duas sessões plenárias, para apreciação do Governo Provisório.

Entretanto, o GP tem já em estudo o diploma que se prevê seja divulgado esta semana e concede melhorias aos funcionários, nomeadamente no que diz respeito a aumentos de vencimentos e outras regalias.

Os ministros do trabalho e dos assuntos sociais criam o seguro de desemprego

O CONSELHO DE MINISTROS vai discutir a muito curto prazo um diploma que instituirá o seguro de desemprego, revelam fontes oficiais. Tal diploma foi ontem objecto de uma troca de impressões entre os ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais, onde foram discutidas questões de forma na elaboração do importante documento.

Julgamos saber que este sistema do seguro de desemprego, em cuja organização estão empenhados os referidos ministérios em colaboração com o do Equipamento Social e Ambiente, deverá ser encarado como o último dos instrumentos que devam opor-se, na prática, no combate ao desemprego. De facto, pretendo-se antes estruturar mecanismos capazes de evitar que as pessoas tenham de recorrer a esse tipo de seguro, com perda de actividade profissional.

GOMES, Costa

Costa Gomes ao "EXPRESSO":

"O destino dos militares de etnia negra deve ser ponto obrigatório das negociações"

O GENERAL Costa Gomes, Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, regressou há dias de Bruxelas, onde participou numa reunião dos chefes militares da NATO.

O EXPRESSO pediu ao general Costa Gomes que respondesse a algumas perguntas relacionadas com a sua deslocação à Bélgica e com a situação das Forças Armadas portuguesas:

O GENERAL Costa Gomes, Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, regressou há dias de Bruxelas, onde participou numa reunião dos chefes militares da NATO.

O EXPRESSO pediu ao general Costa Gomes que respondesse a algumas perguntas relacionadas com a sua deslocação à Bélgica e com a situação das Forças Armadas portuguesas:

EXPRESSO — No último número do EXPRESSO, publicamos extractos de um relatório, da autoria de Sean Gevasi, que está a ser estudado pela Comissão de Descolonização da ONU, no qual se sustenta que a NATO prepara, no papel, planos de defesa da África Austral. Tais planos teriam tido a colaboração do regime português anterior. Qual a posição do regime português actual? O assunto foi discutido na reunião em que participou recentemente em Bruxelas?

COSTA GOMES — Na NATO tenho participado nas reuniões do Comité Militar e nas reuniões dos Chefes de Estados Miores das Forças Armadas onde nunca ouvi qualquer referência a tais planos. A improbabilidade da sua existência reforça-se no meu espírito quando penso que todas as tentativas feitas para alargar as áreas da responsabilidade da Aliança Atlântica têm sido prontamente rejeitadas por larga maioria. Interessa ainda sublinhar que neste organismo as decisões só podem ser tomadas por unanimidade.

EXPRESSO — Portugal está neste momento a cumprir os seus compromissos, para com a NATO, em matéria de existência de efectivos? Caso não o esteja, poder vir a cumpri-los, uma vez iniciado o regresso das tropas portuguesas actualmente estacionadas em África? Caso esteja a cumprir tais compromissos, poderão eles vir a ser reforçados?

COSTA GOMES — Portugal,

tropas portuguesas estacionadas em África, qual o destino dos militares de etnia negra actualmente integrados nessas tropas?

COSTA GOMES — É, evidentemente, necessária clarificação para interpretar com justiça a posição das tropas cujas missões militares variam com a alteração dos objectivos definidos pela política.

Uma superior flexibilidade de espírito não tem dificuldade em aceitar hoje como camarada de armas o adversário de ontem. Apesar de todo, a preocupação que se adivinha na vossa pergunta é, infelizmente, tão justificada que o assunto me parece um ponto obrigatório das negociações para transferência de poder para os futuros governos que os povos ultramarinos livre e democraticamente queiram escolher.

ROSA

Semana Nacional

Em ritmo acelerado a descompressão do Ultramar

EMBORA freças de ordem vária, agarradas a velhos esquemas que persistem em manter, actuem no Ultramar, o ambiente geral é caracterizado pela descompressão relativamente ao fenómeno de guerra que opunha movimentos de libertação à tropa portuguesa.

Na Guiné, por exemplo, de acordo com notícias até nós chegadas, soldados portugueses confraternizam com guerrilheiros, tendo o próprio delegado do governo, brigadeiro Fabião, declarado que "a hipótese de um ataque do P. A. I. G. C. parece-me altamente improvável, apesar da paragem das negociações". Por outro lado, a F. L. I. N. G. (Frente de libertação para a independência da Guiné) não é reconhecida como interlocutor válido, não estando mesmo autorizada localmente. O P. A. I. G. C. esforça-se através de emissões de rádio e contactos pessoais por converter a tropa africana que tem servido no Exército Português a retroceder e tomar posição a favor de uma Guiné-Bissau liderada por aquela organização. Entretanto, em Angola, depois da paz feita com a UNITA, agrupamento este de características fortemente suspeitas aos olhos dos movimentos de libertação, anunciam-se contactos, a nível local, com o M. P. L. A., alguns deles posteriormente desmentidos. Determinados jornais e agências noticiosas falam em três M. P. L. A., ou seja três ramos da mesma organização, o que não corresponde à situação interna do movimento que, espera-se, venha a sair clarificada no Congresso. Por outro lado, espera-se, também, que M. P. L. A. e F. N. L. A. consigam um plataforma de entendimento, o que facilitaria os contactos com as autoridades portuguesas em ordem a futuras negociações.

Em Moçambique, no interior do território e actuando na legalidade portuguesa, os Democratas, a Associação Académica e o Grupo dos Trabalhadores Moçambicanos, tentam persuadir as populações de que o futuro de Moçambique está nos quadros de uma federalização. Entretanto uma comissão de nove pessoas, dos Democratas de Moçambique, entre brancos e pretos, deslocou-se à Zâmbia e Dar-El-Salam, onde já efectuaram contactos a alto nível com dirigentes da Frelimo e com o presidente da Tanzânia. Também para comemorar o 12.º aniversário da Frelimo, a Casa de Moçambique, em Lisboa, agora na posse de moçambicanos, organizou uma exposição documental da vida da colónia, desde a escravatura institucionalizada à escravatura fruto da exploração do homem mais fraco, praticada pela classe dominante. Do programa, que vem sendo integralmente realizado, ornata a exibição de filmes sobre a vida e actuação da Frelimo e coloquios versando os mais diversos aspectos da realidade político-socio-económica de Moçambique.

Luta pelo divórcio

UMA CAMPANHA pró-divórcio tem sido desencadeada durante a semana, estando o papel da pasta da Justiça a estudar o assunto que brevemente será apresentado em Conselho de Ministros, com vista a encontrar-se uma solução que já tem sido ventilada no seio do Governo Provisório.

Na sequência desta campanha de propaganda e esclarecimento, realiza-se a 14 de Junho, no Porto, um Congresso de Separados Compagn, à escala nacional. Para ele são convidados, como se lê no cartaz, "todas as entidades: militares, sindicais, religiosas, corporativas, políticas, E. N., R. T. P. e todas as órgãos de informação, pública e particular".

Extinta a secção de futebol da Associação Académica de Coimbra

FOI APROVADA, ante ontem, à noite, em assembleia magna dos sócios a extinção da secção de futebol da Académica de Coimbra, tendo ficado decidido por maioria que os seus sócios e atletas peçam o direito ao *diff* das suas actuais insignias, equipamentos e outros sinais distintivos próprios, que à direcção-geral da A. A. C. nome, de acordo com o Conselho Desportivo, uma comissão liquidará os bens e património actual da secção de futebol; que a direcção defende o prestígio, evitando que seja criado um novo clube que se confunda com a Associação; que se crie uma nova secção de futebol que funcione dentro do espírito que preside às actividades das demais secções desportivas da A. A. C.

Férias pagas aos professores provisórios

UM COMUNICADO do Ministério da Educação Nacional anunciou esta semana que as férias serão pagas aos professores provisórios já no corrente ano, e também que continua em estudo a sua recondução automática. Reafirma-se, igualmente, a intenção de ouvir sugestões de saneamento, sem prejuízo a liberdade de decisão que lhe pertence.

"Portugal e o Futuro" "best-seller" em Espanha

"PORTUGAL E O FUTURO", do general António de Spínola, que, traduzido para castelhano foi posto à venda, em 100 mil exemplares, logo a seguir ao "Arquitélogo Gal", de Américo Solerínssy, e de "La crisis", sobre a morte do almirante Luis Carrero Blanco, que foi presidente do Governo Espanhol.

Arcebispo de Lourenço Marques acusado de colaborar com a DGS

NUMA EXTENSA reportagem do semanário, "A Voz de Moçambique", publicado em Lourenço Marques, o arcebispo D. Custódio Almim é acusado de haver colaborado com a D. G. S. Sob o título "Padre Célso Bergo — um caso exemplar; o Arcebispo e a Pide" "A Voz de Moçambique" conta a attitude do prelado que acompanhava a D. G. S. numa busca domiciliar aos apartamentos do sacerdote acusado de colaborar com a Frelimo, tendo igualmente publicado o esboço em que D. Custódio Almim Pimenta resume os acontecimentos, terminando o prelado por afirmar, depois de demonstrar o seu crédito, em condicionalmente dado às versões da D. G. S., acompanhando os inquiridores "para evitar possíveis desmandos".

Nota oficial sobre a greve dos CTT

"NO DECURSO das negociações para resolver o conflito de trabalho existente nos CTT — li-se numa nota oficial emanada do Gabinete do Chefe do Governo sobre o problema — a Comissão Pró-Sindicato recusou, no sábado passado, aceitar a tabela de salários que lhe tinha sido proposta pelo Conselho de Gerência da Empresa, com o acordo da Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações.

"Nesse mesmo dia, acrescenta a nota, a Comissão Pró-Sindicato anunciou uma greve total a partir das 0 horas da passada segunda-feira, 17, apesar da reafirmação feita pelo Governo de pretender manter as negociações. A paralisação do trabalho nestas condições e num sector vital de interesse público, não tinha qualquer justificação e poderia ter as mais graves consequências na vida normal de todos os portugueses.

"Em face de tal facto, decidiu o Governo — ao mesmo tempo que continuava as negociações, buscando um acordo — pedir a intervenção das Forças Armadas que, em completa identidade de pontos de vista prepararam para a manhã do dia 20, uma operação de intervenção destinada a assegurar o funcionamento dos serviços. O fim da greve tornou desnecessária essa intervenção.

Na parte final da nota oficial diz-se: "Emretorção, o Conselho de Gerência dos CTT, em reunião de negociação realizada na quarta-feira, 19, propôs à Comissão Pró-Sindicato uma tabela de salários e benefícios sociais implicando um aumento global de encargos de cerca de 430 mil contos. Esta tabela foi estabelecida após cuidadosa análise da capacidade financeira da empresa e corresponde ao limite além do qual se comprometeria o seu futuro, a não ser que se encarasse novo acréscimo de tarifas o que não é de considerar dado que ainda recentemente se verificou aumento tarifário muito importante.

"O Governo mantém estar preparado para fazer entrar em vigor imediatamente esta tabela de salários logo que seja aceite pelos trabalhadores dos CTT", acrescentava-se no final da nota.

Em anexo ao texto oficial tornava-se público o texto da última proposta apresentada aos delegados dos trabalhadores com uma tabela de salários em que os aumentos decrescem de 43,3 a cerca de 3 por cento, conforme os salários actuais de 3000500 a 7070500. (Ver na pág. 4, a posição dos delegados dos trabalhadores dos CTT).

A América e o 25 de Abril

A SEMANA que agora finda, constitui, de facto, período de importância fundamental na evolução política futura da sociedade portuguesa. Sobre tudo se pensaram no futuro próximo. E não só devido ao encontro Spindler-Nixon nos Açores.

Para se não alongar o comentário, apontem-se dois outros factos a merecerem reflexão.

O primeiro encontra-se intimamente ligado a um artigo de fundo, publicado no nosso colega "República", na passada terça-feira.

Vamos transcrever na íntegra esse fundo, tal o rilievo que lhe atribuímos: "Retorno e tema que há dias lekteli."

Chegou, efectivamente o momento próprio de todos os portugueses fazerem as suas opções políticas.

Em Março de 1975, e mais tardar tem de ser feita a Assembleia Constituinte, a qual tem de aprovar a Constituição Política que será a pedra basilar da sociedade política portuguesa.

A menos de um ano, pelo, os portugueses, têm de estar aptos, esclarecidos, a escolherem a espécie de sociedade que querem, como entendam dever ser governados, como devem ser estruturados os poderes do Estado, isto é, quais os poderes da Assembleia Nacional, os do Presidente da República, os do Governo, os dos Tribunais.

Quem nomeia e perante quem é responsável a Assembleia Nacional. Como vai ser regulada a matéria dos direitos fundamentais, políticos, sociais, económicos. Que regime económico substituirá o corporativismo já extinto por natureza, e como resultante de 25 de Abril?

Em que termos se regularizará o direito de propriedade privada, como se estruturará o ensino em todos os seus graus, serão os não comunistas, preocupados até, nacionalistas e socialistas. Como se estruturará o problema agrícola português. Cessará-se à ou não na continuação de regimes monopolistas, na existência das multinacionais, na possibilidade de continuar o domínio do poder económico.

Tudo isto, e a forma como se vai governar, tem de ser dito e esclarecido com toda a lealdade, sem subterfúgio, ao povo português. A respeito de estas perguntas, e estes problemas, só pode ser dada pelos programas políticos, sociais, económicos, dos partidos nos quais se vão de integrar as diferentes correntes de opinião, sem discriminações ou restrições.

Governar é diferente de destruir um regime.

Para o derrube deste basta apontar e demonstrar os males-factos, os seus erros, os seus actos despolíticos, as suas arbitrariedades, as suas violências.

Para governar é indispensável apresentar um programa de governo, com todas as medidas que se precisavam nos vários sectores da vida pública, justificá-lo explicitamente, demonstrar que ele é o que melhor serve o interesse nacional.

E há que dar a quem tem que escolher, mais do que um figurino ou um programa, porque se só houver um, não há escolha.

Pode, até, e é bem possível e provável que tal seja desejável e venha a dar-se que mais do que um partido político entenda dever colaborar para estabelecer um programa comum de Governo, numa aliança, uma estratégia eleitoral, comum para a eleição da Assembleia Constituinte e para a elaboração da primeira Constituição.

Mas, isso só é possível, só é viável, a nível dos próprios partidos políticos, em acordos discutidos livremente pelos seus dirigentes e sujeitos, dentro de cada um deles, à opinião e à aprovação que lhe devem as respectivas bases.

Mas, não é possível nem tem viabilidade em acordos discutidos em reuniões ou movimentos conjuntos das bases de aderentes dos partidos, porque tal prática, só conduziria à confusão e ao caos da discussão e não facilitaria qualquer acordo, porque se procuraria fazer ringir o posto de vista pela força numérica, não pelo valor dos argumentos, nem pelas convicções próprias indispensáveis para se formar uma aliança ou coligação política.

E, nem pode servir o argumento de que assim se excluem os independentes da possibilidade de entrarem nessa aliança ou coligação política.

Em primeiro lugar, essa história dos independentes não é uma realidade política. O facto de se não ser, ou não querer, uma filiação partidária, não significa que se não tenha uma inclinação, uma simpatia por este ou aquele programa partidário, e, seguramente, as ligações pessoais mais íntimas com os seus dirigentes.

A independência não significa ausência de ideologia política, e o facto de um cidadão se não filiar num partido não impede que adote nele e não concorde com o seu programa. O que não faz sentido é na existência de movimentos políticos englobando os chamados independentes. Já que, e para já, o simples facto de seles se engajarem e nele trabalharem, mostra que não são nem tanto independentes. A não ser que se considere ser independentes o poder entrar ou sair de uma organização quando se entenda. Mas isso também pode acontecer num partido, pois ninguém é obrigado a inscrever-se nem a nele se conservar, contra a sua maneira de ser e de pensar.

E isto intrinseca e fora das realidades a classificação independentes em políticos, que até o sr. General D'Almeida, que se reclama de independente, tornou todavia, para a sua actividade política e dos que como ele pensam, o partido político dos republicanos independentes. Mas, isso tinha um significado especial, era o da independência face ao partido socialista, mas, não deixou de implicar que se organizasse um partido com a sua disciplina e programa político próprios, e como partido se apresentasse ao eleitorado francês.

A vida política portuguesa, e agora, e já, e tem de ser, se quisermos estruturar capazmente em termos políticos válidos, e sociedade de amanhã, diferente do que foi até hoje. Tem de resultar da acção, do estudo, da reflexão do fortalecimento, dos partidos políticos e processar-se através destes.

Credo — posso estar errado, mas

duvido — que isto é o ABC da política.

Mas o assunto não fica segurado."

Poder-se-iam aventar várias hipóteses acerca do efectivo alcance da opinião claramente expressa no editorial da "República".

Poder-se-ia ligá-lo a anteriores posições de alguns Partidos Políticos no poder, no sentido de se acentuar o papel partidário com vista às próximas eleições parlamentares, bem como no de clarificar a efectiva função não partidária do MDP-CDE, ou outras associações cívicas.

Quer o Partido Socialista, quer o Partido Popular Democrático tornaram patente a sua posição de colaboração com o MDP-CDE, sem que essa cooperação legitimasse a substituição deste à missão específica dos partidos políticos. Missão que se irá alargando à medida que nos aproximamos da campanha eleitoral, em que participarão partidos políticos, já que as associações cívicas não é reconhecido comumente em sociedades democráticas o patrocínio de candidaturas, a menos que se transformem em partidos.

O segundo problema que se encontra, em certa medida, relacionado com o anterior é o que respecta às vicissitudes sociais e económicas por que passa a vida nacional.

A greve dos CTT constitui, neste plano, um indicador sintomático dos movimentos reivindicativos do Governo Provisório, dos vários Partidos Políticos, e, um pouco também (embora muito menos) da própria opinião pública.

Parece manifesta a inviabilidade da saciação integral da proposta da Comissão Pro-Sindical. É, se algumas dúvidas houverem a esse respeito, elas teriam sido esclarecidas pela entrevista do ministro Pereira de Moura, à RTP. A proclamação do movimento, e a atitude da Intersindical cotizadas por exemplo, com a firme posição do PCP, revelaram que não há leituras lineares em muitas tensões sociais verificadas hoje e aqui, em Portugal.

"A greve só deve ser utilizada na luta por reivindicações strias e ponderadas, depois de esgotados todos os outros recursos" afirma o PCP no seu documento "No caminho da Democracia e da Paz" divulgado no dia seguinte ao do encontro Spínola-Nixon.

As consequências de sortes "grevistas selvagens", por outro lado, são conhecidas de todos: imediato prejuizo de pequenas e médias empresas, reforço do poder do grande capitalismo monopolista, afectação de condições de vida, já de si muito deficientes, de largas camadas do povo português, abertura ao processo político-social de crise que aponta para a verificação de retrocessos na via democrática.

Saber em que medida os partidos no poder controlam as suas bases, em que medida as tomadas de posição da "extrema-esquerda" são necessariamente consequentes, qual a real atitude do Movimento Democrático unitário qual o aproximadamente feito por forças da reacção — todo este leque de condicionantes poderia explicar e porquê de acelerar incoerente e avulso de processos reivindicativos, no fundo muitas vezes justos, mais importantes ou irrelevantes na sua forma.



Embora mereça mais largo comentário em ocasião posterior, o documento programático do PCP, "No caminho da Democracia e da Paz". Sugere-se uma breve observação de vem confirmar substancialmente quanto decidimos aqui dito em artigos anteriores sobre as manobras contrarrevolucionárias, e o desígio manifestado publicamente pelo PCP de estreita cooperação concreta com "outros partidos accionados, no campo político actual, designadamente o Partido Socialista, o Movimento da Esquerda Socialista e o Partido Popular Democrático."

Açores: Hora zero

Mas, o tema dominante da semana foi o executivo e professor encoentro Spínola-Nixon.

Talvez contenha passarmos, rapidamente, em revista alguns antecedentes:

a) Portugal, quer quisermos quer não, cal no âmbito da zona de influência americana na partição universal;

b) Essa influência consolidou-se durante o regime deposto, pela via económica, pela via política e até militar;

c) A razão de ser do facto, do prisma norte-americano é evidente. A posição geopolítica de Portugal, dos Açores, de Cabo Verde, e o interesse político-económico em Angola e Moçambique foram no passado recente patentes por parte de Washington:

i) Portugal é membro da NATO, em que o peso norte-americano se mantém elevado, sendo crescente, por virtudes de um tendencial realinhamento da França gauchardiana;

ii) Os EUA, não esquecerem os seus juizes de valor sobre a situação política, económica e social dos países que repetam estratégias para o seu jogo de domínio;

iii) Na sequência desses juizes de valor, surgem pressões e até acções mais directas (económicas, política ou militares) contra regimes cuja subsistência se considere perigosa do plano geral da Indústria americana.

Estes são pressupostos que poderiam ser desvendados mas cremos não serem susceptíveis de grande contestação.

De outro lado, encontramos o movimento do 25 de Abril, a ruptura que corporizou relativamente ao regime que depois, a intenção de independência acentuada da nova política externa portuguesa. As mudanças económicas e sociais, um governo de coligação com participação do PCP, PSP e PSD.

E certo que, desde a primeira hora a preocupação de não ceder a vigilância de Washington aconselhou a inserção como ponto do Programa do MFA, e depois, o Governo Provisório do princípio de absoluto respeito do novo poder constituído pelos compromissos internacionais assumidos pelo anterior regime.

Raul Rego responde ao EXPRESSO:

“Nenhum jornal foi impedido de publicar seja o que for”

EM RESPOSTA a um editorial publicado no dia 5 de Junho, o director do EXPRESSO recebeu do Sr. Raul Rego, ministro da Comunicação Social, a carta que a seguir transcrevemos:

“No “Expresso”, saiu em 5 de Junho, um editorial sob o título “Que lei de imprensa?”. Pelo que nele se diz de meos exato e por algumas coisas que nele se insinuam, parece-me não condizer com o equilíbrio e objectividade que éram ao “Expresso” lugar à parte na imprensa portuguesa.

Queria dizer-lhe, meu caro amigo, que me pareceu o artigo remar na onda da maioria dos nossos queritamos de censura prévia e limitações desde que deixaram de existir e podemos falar livremente. Nenhum jornal pode apontar seja o que for que tenha sido impedido de publicar por censura ou exame prévio, depois do 25 de Abril.

O Programa do Movimento das Forças Armadas aboliu, com efeito, a censura ou exame prévio. Não foram restabelecidos, nem uma vez outro, nem o seu, pelo menos comigo Ministro da Comunicação Social.

Verifico com agrado, no que se me com certeza acompanhado por si, que nem todos os mais desodados adversários da censura de hoje, nos acompanhavam aí onde eu e Você iam, há poucas semanas atrás.

Poderia dizer-lhe, Dr. Pinto Balsemão, que peço meças, e o jornal que eu dirigi também, quando no editorial referido se escreve: “sempre lutámos pela abolição total e completa da censura, cujos rigores sofremos como nenhum outro, nós que acompanhámos o pensamento do que foi Governador da Guiné, através das suas declarações públicas e privadas”. Como nenhum outro? Seria preciso saber o que se passava em casa do vizinho para assim falar.

No editorial, fala-se de níveis que “se acastelam nos horizontes”. E o “titular provisório” do Ministério da Comunicação Social, que é jornalista, provavelmente ministro, afirmou, com efeito, que “continua em vigor a Lei de Imprensa”; mas acrescentou, o que o articulista omite, “naquilo que não seja contrário ao Programa do Movimento das Forças Armadas”, que me comprometi a respeitar quando entrei para o Governo.

Na entrevista ao jornal espanhol eu disse que a censura em Portugal tinha sido abolida; e acrescentei que eu só a admitia em casos de excepção, como são os de países em guerra, casos que “englobam segredos de Estado em geral”. A censura para segredos militares habitualmente nos países em guerra e há segredos de Estado que devem ser respeitados.

A confusão do articulista é grande no que respeita a mas mesmos segredos militares; e não me parece que ele esteja a par da legislação de países cuja liberdade de imprensa invoca, como a França. Não conheço, por exemplo, que o jornalista que acompanha operações militares em guerra se compromete a submeter as suas crónicas a censura prévia.

Estranho é que se invoque “o exemplo dos Estados Unidos da América, da Itália, da França, etc.”, como podendo “para nós servir de óptimo termo de comparação”; e, poderia acrescentar, como imprensa responsável e objectiva.

O articulista que pergunta “até que ponto o Estado pode ter segredos?”, espanta-nos com tais exemplos. Tanto assim que em França, a pena para a provocação de militares à desobediência, prevista pelo art.º 25 da Lei n.º 1881, é a “prisão de 1 a 3 anos e multa de 300 a 300 000 francos” e ainda “a apreensão dos escritos, impressos, cartazes e afixos, bem como a sua confiscação”. E também possível a

“suspensão do jornal ou do periódico, por um máximo de três meses”.

Isso pode ler-se no “Tratado do Direito da Imprensa”, (Código Barbieri, de Henri Blin, pág. 224. E, já agora, não é o Ministro provisório da Comunicação Social, mas o mesmo tratadista francês, Presidente da “Cour de Cassation” quem escreve: “É normal que seja proibida a publicação de informações perigosas para a segurança do país em tempo de guerra ou em tempo de paz. A protecção da segurança da delecta nacional, mesmo nos regimes mais democráticos. Convém, todavia, reduzi-la àquilo que deve, de maneira indispensável permanecer secreto, sob pena de se ferir a liberdade de informação...”.

Mas adiante: “O art.º 78 (do Código Penal) pune os que levem ao conhecimento do público “uma informação militar não tornada pública pela autoridade competente, e cuja divulgação seja manifestamente de natureza a prejudicar a defesa nacional, noção que, sendo muito vaga, é ainda mais genérica do que a do segredo da defesa nacional”.

Não será isto bem diferente da doutrina do “Expresso”, meu Caro Amigo?

Poderia documentar-se o autor do artigo e não recetar do camarada que sempre lutou e espera continuar na luta por uma liberdade de imprensa, tão grande como a sua dignidade e a sua responsabilidade.

Pergunta o articulista: “E se um jornalista, de acordo com as suas convicções políticas, incita os soldados à deserção?” Evidentemente que se sujeita às penalidades da lei. Como se sujeita algum que, de acordo com as suas convicções ou apetites, se apoietra, por exemplo, do que lhe não pertence. O jornalista não deve querer também lei de excepção.

A nossa missão é ser objectivo,

relatar o incitamento, é uma coisa; incitar, outra. Ou não será? Como é diferente relatar um crime ou praticá-lo.

Numa coisa o articulista tem inteira razão: “Há por aí tendências muito espalhadas para confundir liberdade de imprensa com demandas, quando são coisas totalmente diferentes”.

O autor do artigo não é partidário de uma lei de imprensa. Está no seu direito. Não me quero dar por preocupado, mas também eu, no I Congresso Republicano de Aveiro, em 1969, defendi a tese de que a “lei comum deve ser o bastante”. Mas isso não impede que, em quase todos os países, a norma seja a de uma lei de imprensa, dada a projecção tem no nosso tempo. Não: imprensa a única actividade particular regularmente especial. Mas não invoco países que têm lei de imprensa mas ditam ainda do que a nossa prática actual, para adensarmos níveis negros.

Não sei de onde vêm tantos receios. E, porque “se anuncia uma lei de imprensa, é de temer seriamente que a liberdade possa vir a ser abolida”? O seu camarada que é “ministro provisório” não se emvergouha da luta que travou e que mais de uma vez lhe custou a própria liberdade. Mas também nunca invocou exemplos de países que não estivesse disposto a seguir. Nunca quis para si regime de excepção.

Meu caro amigo, perdoe-me o tempo e o espaço que lhe tirei, mas parece-me que não devemos invocar o exemplo da casa alheia, sem sabermos o que nela se passa.

Lioba, 19 de Junho de 1974.

RAUL REGO

N. da R. — No próximo número comentaremos as declarações do dr. Raul Rego.

Nixon-Spinola nas Lages: Relações mais estreitas entre Washington e Lisboa

Do nosso enviado Luis de Barros

O "FORTÍSSIMO VENTO" que soprava sobre a Terceira durante o encontro Spínola-Nixon, na manhã da passada quarta-feira, e que serviu de imagem ao Presidente norte-americano para se referir ao que chamou de "grande desafio" com que se defronta o Presidente António de Spínola e o actual Governo português, não afastou Portugal dos Estados Unidos.

Pelo contrário... De acordo com a declaração proferida no final das conversações pelo general Spínola, do encontro decorreu até "o estreitamento das relações entre os dois países", em resultado — segundo acrescentou — da "total identidade de pensamento no que respeita à defesa intransigente da paz, dos dois princípios democráticos, e do direito dos povos à autodeterminação, traduzida esta no livre direito de escolha dos seus destinos."

Exceder as expectativas

No mesmo sentido se pronunciou, aliás, Richard Nixon, ao declarar que "um Portugal independente, livre e próspero é vital não somente para a Aliança Atlântica, como é também vital para os interesses dos Estados Unidos e, bem assim, para os interesses do povo português". Ao proferir estas palavras, os dois estadistas dirigiam-se a largas dezenas de jornalistas, entre os quais se encontravam os homens da Informação acreditados junto da Casa Branca que acompanharam Nixon ao Médio-Oriente, e os que tinham vindo de Lisboa juntamente com o Presidente António de Spínola, nos quais se incluía um representante da TASS. A presença deste último, aliás, provocou uma certa reacção de parte de Ronald Ziegler, o porta-voz da Casa Branca.

Muitos desses jornalistas partiam do princípio de que se estava perante mais um encontro de cortesia. A verdade, porém, é que não o foi, consoante a maior

parte veio a reconhecer ao tomar conhecimento das declarações presidenciais. Este mesmo aspecto foi sublinhado pelo único membro do Governo Provisório que se deslocou aos Açores, o ministro de Estado adjunto do Presidente do Conselho, dr. Sá Carneiro. Em declarações que prestou à imprensa à chegada a Lisboa, observou que "o que transparceu nas declarações finais dos dois presidentes excedeu as expectativas, tanto no plano político como no plano pessoal".

"Apoio total às posições portuguesas"

Do que, de facto, se passou durante o encontro dos dois Chefes de Estado, no Clube dos Oficiais portugueses da Base Aérea n.º 4 pouco mais se poderá dizer — compreensivelmente — para além daquilo que é revelado pelas respectivas declarações. Isto porque entre os homens da Informação — americanos incluídos — e o local onde se encontravam os dois estadistas se erguia sempre uma intransponível e possante barreira composta por quatro dezenas de agentes de segurança norte-americanos. Este número contrasta, singularmente, com o dos quatro sergentes pára-quedistas — à paisana — que constituíam todo o sistema de segurança do Presidente da República portuguesa.

O esquema de segurança que rodeia Richard Nixon assume, de resto, aspectos de um rigor implacável. E o caso do agente que, postado à porta da sala onde decorriam as conversações, abriu a

porta de dez em dez minutos para indagar se tudo corre normalmente.

Este homem, a par do intérprete, foi no entanto o único que terá ouvido algo das trocas de pontos de vista entre Nixon e Spínola. Com efeito, concretamente ao que estava previsto, não foram chamados a participar na reunião o ministro Sá Carneiro, o general Diogo Neto, da Junta de Salvação Nacional, nem o embaixador de Portugal em Washington, Hall Thierido, pela parte portuguesa; como também não o foram, pelo lado americano, os generais Alexander Haig, assessor especial de Nixon — que sucedeu a Ehrlichmann, demitido em consequência das suas implicações no caso Watergate —, Snowcroft, adjunto de Kissinger para os assuntos de segurança, nem tão pouco o embaixador americano em Lisboa.

Consoante Sá Carneiro à chegada a Lisboa, aqueles elementos das duas comitivas presidenciais não estiveram inactivos durante a "cimeira". Entre eles decorreram conversações paralelas, nas quais — segundo declarou o ministro — "os temas abordados foram aproximadamente os mesmos da troca de impressões entre os dois presidentes". A respeito desse segundo encontro, Sá Carneiro referiu também: "uma compreensão plena e um apoio total às posições portuguesas, bem como uma extrema cordialidade política e pessoal."

O acordo

Segundo se pode depreender das declarações vindas a público, ou que pesaram que o acordo sobre as Lages constituiu o tema central das conversações de Spínola e Nixon ter-se-ão enganado. Neste aspecto, Sá Carneiro foi claro. Em resposta aos jornalistas que o interrogaram, no regresso a Lisboa, sobre se a questão das Lages tinha figurado na agenda de trabalhos, observou: "Não especificamente..." E, embora nessa mesma ocasião tenha acrescentado



que "isto é matéria que será objecto de posteriores esclarecimentos", anteriores, em entrevista ao *Telejornal*, não hesitou em declarar que as negociações relativas à renovação do acordo — que poderá ser denunciado até 4 de Agosto próximo — sobre a utilização pelos americanos daquela base aérea teria de ser, necessariamente, objecto de negociações a outro nível.

De resto, o facto de o jurista Sá Carneiro e o chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Diogo Neto, não terem sido chamados à sala das conversações, parece confirmar a pouca importância relativa que os dois presidentes terão dado, na oportunidade, àquela questão em concreto. Em todo o caso, houve observadores que salientaram que a troca de "impressões sobre as necessidades de Portugal em apelo técnico, económico e financeiro, em ordem ao seu rápido alinhamento pelos padrões económicos europeus", a que o Chefe do Estado português aludiu na sua declaração à imprensa, poderá ter tido em vista a fixação da contrapartida a que Washington ficaria obrigada no caso de pretender manter o seu direito de utilização da base terrense.

Por outro lado, a actual intenção política de Lisboa de descolonizar os territórios de África deverá ter sido analisada. As várias situações coloniais que Portugal mantém terão sido passadas em revista, administrando-se que tenham sido sugeridas soluções para o processo de descolonização e adoptar nos vários territórios vitaraminos.

Quem tomou a iniciativa

Nos bastidores do encontro, uma questão que se puxa com frequência era a de saber quem, de facto, tomou a iniciativa de transmitir interesse na sua realização: a Casa Branca ou o Palácio de Bolém? A este respeito, um elemento oficial da comitiva de

António de Spínola observou-nos: "o facto de o Presidente Nixon ter decidido fazer escala nas Lages, não poderá, só por si, ser visto como um convite implícito ao Presidente Spínola". E esta ideia foi reforçada quando se sabe que o embaixador de Portugal em Washington foi convocado à Casa Branca nas vésperas da partida de Richard Nixon para o Médio-Oriente.

Foi tudo fácil

Mas tudo terá sido fácil durante essas quase duas horas de conversações? Muitos respondem que não. Com base, designadamente, numa larga passagem da declaração de Nixon, na qual pretendem ter algo parecido com uma advertência, com algo de paternalismo.

Trata-se da imagem utilizada pelo Presidente dos Estados Unidos para simbolizar o actual "grande desafio" português: "um vento fortíssimo sopra hoje sobre estas ilhas e os ventos da mudança política nunca sopraram com mais força, em todo o mundo, do que hoje em dia." E, preenchendo com estas palavras, dois dos sete parágrafos da sua declaração, Nixon prosseguiu:

"O que todos devemos compreender é que a mudança, só por si, não é necessariamente um bem. A mudança que varre o que era obsoleto, o que passa ter estado errado no passado é, evidentemente, que não consideramos benéfico. Mas nesse caso têm de ser criadas novas instituições, o que se traduz muitas vezes no problema mais difícil suscitado por essas mudanças. Não o varrer do que era mau no passado, mas a construção de qualquer coisa nova que torne o seu lugar."

A verdade, porém, é que logo a

seguir Nixon elogiou: "O Presidente Spínola é um dos raros dirigentes que reconhece a existência deste problema e deste desafio". Mas além do elogio pessoal, Nixon quis ainda assegurar a todos os portugueses: "que os Estados Unidos continuarão a ser um bom amigo e um aliado digno da confiança de Portugal".

Parabéns de Costa Gomes

Estas considerações do Presidente norte-americano permitiu a Sá Carneiro falar de "um êxito total para Portugal e em especial para o sr. Presidente da República". E terá justificado os "parabéns" dirigidos por Costa Gomes a Spínola, à chegada deste a Sacavém. Ao mesmo tempo, quando perguntaram ao ministro se pensava que o resultado do encontro seria visto com agrado pelos Partidos Comunista e Socialista, respondeu prontamente: "É claro que sim!" Como justificação da resposta, lembrou que um dos objectivos programáticos do Governo Provisório e o estabelecimento de boas relações com todos os países do mundo.

Desinteressada, a população da Terceira mostrou-se alheia ao problema das negociações. Todavia, por baixo dessa apatia, é óbvio um forte ressentimento anti-americano que explode na primeira ocasião. Assim, durante a recepção que os terceirenses dispuseram, na terça-feira, à chegada do chefe do Estado português aglomerando-se por milhares em frente do Palácio dos Capitães, em Angra do Heroísmo, viam-se, entre um grande número de cartazes exibindo "logos" e palavras da ordem dos diversos movimentos e partidos, ali

representados, alguns marcadamente anti-americanos: "Ações, Portugal, sim; USA, não..."

Incidente

Por outro lado, num incidente havido dentro da Base das Lagas com jornalistas portugueses, que poderia ter-se revestido de certa gravidade, o mesmo sentimento anti-americano seria quase explicitamente manifestado pelos civis acaresos que a ele assistiram.

Aconteceu que o autocarro em que seguiram membros da informação nacional, e que se dirigiu ao Clube dos Oficiais portugueses onde estava em vias de ter começado o encontro dos dois presidentes, foi abruptamente impedido de prosseguir por militares americanos. Rapidamente, estes obstruíram a passagem, colocando atravessada no estrado uma via-serra militar.

Os jornalistas americanos reclamaram, exibindo credenciais e livros-telêtipos passados pelo Ministério da Comunicação Social, enviada à Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa. Esforços baldados. Tão inócuos para que os civis acaresos presentes hostilizassem vivamente os militares americanos. Só quinze minutos mais tarde o bloqueio foi levantado. O que foi bastante para que os jornalistas — não tiveram podido estar presentes à chegada de Nixon ao Clube dos Oficiais portugueses. O incidente sem sanção, com a interrupção dada pelos dois Chefes de Estado para que os repórteres-fotográficos produzidos pelo atrazo forçado os fotografassem na sala dos conversatórios — é que veio a acontecer durante uma interrupção da sessão à qual se refere do

próximo — e com a apresentação formal de desculpas aos jornalistas portugueses por Ronald Ziegler — um dos três únicos elementos oficiais das comitivas presidenciais, que voltaram a fazer-se com a mesma qualidade que detinham quando da Cimeira Nixon-Pereira de Dezembro de 1971. Os outros dois foram o próprio Presidente dos Estados Unidos e o director dos Serviços de Informação do Governo português, dr. Pedro Feitor Pinto.

Outro problema relacionado com este e para o qual não chegou a ser dada resposta, é o de saber se chegou a ser previamente fixado uma agenda de trabalhos para o reunião. O facto de o encontro, entre os dois estadistas ter sido anunciado com tão pouca antecedência sobre o data da sua realização permite supor que, pelo menos, não tenha sido acordada uma agenda em termos formais. É recorde-se que Sá Carneiro disse que inicialmente se pensou que a reunião tivesse por objecto a comunicação de Nixon a Spínola, dos resultados da sua viagem às ilhas dos Açores.

Deste modo, tudo leva a crer-se que não havia agenda, ou que aquela havia sido formulada em termos suficientemente vagos e genéricos para cobrir as matérias mais diversas, ou que, tendo sido fixada uma agenda, esta teria sido alterada à última hora. Qualquer que tenha sido o caso, a verdade é que o encontro, para o qual fora anunciado, ainda em Lisboa, a duração de uma hora, se viria a prolongar por quase outro tanto. Os dois presidentes estiveram na realidade reunidos das 11 e 20 às 13 horas. Além, antes do começo Nixon observou: "o encontro poderia durar o tempo que for preciso."

CONSTÂNCIO, Vítor

Entrevista com Vítor Constâncio (Secretário de Estado do Planeamento)

Sedes deseja um Portugal "entre" a Suécia e a Jugoslávia

Sedes, P. P. D. e P. S.

EXP — O que pode dizer em relação ao estímulo da poupança privada em Portugal que é um problema que tem sido falado até no programa do Governo?

V.C. — Não lhe vou falar sobre as medidas concretas que estão a ser preparadas para isso. Vou apenas acentuar a importância do problema. Por um lado, a fixação do salário mínimo representa um aumento de salários para cerca de 50% dos trabalhadores por conta de outrem.

Por outro lado, as negociações salariais que já ocorreram ou que estão em curso irão necessariamente conduzir a um aumento da massa salarial e pretende-se, como já afirmou, operar uma redistribuição de rendimentos em benefício de grupos sociais com uma grande propensão ao consumo e que portanto tenderão a gastar os rendimentos obtidos. Consequentemente, de resto visto serem pessoas cujo nível de vida não eram de todo satisfatório, bem pelo contrário.

Isso só por si, e as medidas em que o conjunto de bens que é produzido na economia são aumente significativamente, por exemplo, se o P.N. vier a crescer apenas de 3%, em termos reais, a situação criada seria, no caso de se deixarem actuar os mecanismos da economia, potencialmente inflacionista.

Como por outro lado o sector público vai ter necessidade de financiamento e o conjunto das empresas vão ter também que recorrer em mais larga escala a capitais alheios, isto significa que para além da poupança do consumidor, implícita na situação deficitária da Balança de Pagamentos, é essencial para evitar o agravamento da inflação que haja uma formação de poupança importante por parte dos particulares. E portanto não só do ponto de vista do financiamento de investimento necessário ao crescimento económico e à garantia do pleno emprego, como do ponto de vista de tentar atenuar a situação potencialmente inflacionista que

resultaria de uma distribuição de rendimentos que fosse insustentavelmente gastar em consumo é imprescindível tentar estimular e captar a poupança em conjunto da população. Sem o que a conjuntura económica se poderá deteriorar muito.

EXP — A referida redistribuição de rendimentos, põe um problema de alteração do modelo de consumo em vigor na sociedade portuguesa, obrigando a uma reconversão da estrutura industrial, das importações, etc.

V.C. — A resposta a esse problema seria e será uma das funções essenciais de um plano a médio prazo, em que precisamente através da programação sectorial, e utilizando uma matriz de relações interindustriais.

Verdadeira igualdade

EXP — Qual a posição política da Sedes em relação ao P. P. D. e P. S.?

V.C. — A Sedes situa-se no campo da esquerda não comunista que se reclama do socialismo e movimento interessado na construção de um projecto socialista por via democrática para a sociedade portuguesa. A reclamarem-se desta intensão, aparecem, entre outros, o P. P. D. e o P. S. Em primeiro lugar saliento que a Sedes procura ser um centro de animação e debate dentro daquele espaço político. É evidente que ao nível dos seus membros têm todo o cabimento representantes desses dois movimentos políticos, juntamente com outros que se procuram situar na mesma perspectiva, por forma a possibilitar a discussão sobre o que é ou pode ser esse tal projecto socialista. Em relação ao P.P.D., os documentos que têm vindo a público insistem sobretudo numa ideia de social democracia, sendo feitas várias referências à ideia social democrática, em termos europeus, etc.

Orá, a lógica da ideologia social-democrata é a da manutenção do sector privado capitalista como máquina mais ou menos eficiente de produção, para garantia da independência do poder político pelo apoio que recebe das classes trabalhadoras, realizar uma distribuição de rendimento mais justa e diferente da que resultaria do livre funcionamento do capitalismo. Procura operar,

assim, nessas economias, reformas do capitalismo. Procura operar, assim, nessas economias, reformas de redistribuição, mas não reformas de estrutura. Isto evidentemente, não é de nenhum modo desprezível, pois o que é facto é que neste tipo de sociedades, de há muitos anos a esta parte, a actuação dos partidos sociais democratas ligados às classes trabalhadoras, alteraram profundamente as condições de vida e de trabalho dessas últimas, que puderam fazer conquistas decisivas no sentido de alterar as condições materiais da sua vida quotidiana. Isso representa um progresso em relação a outras sociedades capitalistas como, por exemplo, a dos E. U. A., onde movimentos desse tipo não existiram e que, embora tenham a mesma base económica, no seu funcionamento e na garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos, são de facto bastante diferentes. O que me parece é que um projecto social-democrata para Portugal neste momento, em virtude dos dados objectivos existentes é dificilmente aplicável para não dizer impossível, na medida em que precisamente as classes trabalhadoras portuguesas nesta fase estão num nível de consciência política e de radicalização que as cobra muito à esquerda de um projecto social-democrata. Por conseguinte, um partido que aparece a reclamar-se exclusivamente de uma ideia de social democracia europeia, pode fazê-lo a nível verbal de intenções, e não devido da solidariedade absoluta das pessoas que tentam impor essa ideia, porque são pessoas que respeitam, mas parecem-me que os dados objectivos da questão não vão permitir a realização desse projecto. Consequentemente um partido que se reclame desse mesmo projecto irá muito provavelmente cair numa posição política mesmo que não o deve a partida.

Coexistência com o capitalismo

EXP — Mais à direita?

V. C. — Não necessariamente à direita, mas ao centro, o que dadas as condições em que a democracia portuguesa nasceu ou renasceu neste momento, poderá ser um centro ligeiramente mais à esquerda do que seria um centro numa democracia portuguesa que tivesse nascido há muito mais anos. Isso parece-me evidente porque as classes médias e as classes capitalistas, neste momento, estão muito mais dispostas a apoiar e aceitar um partido de centro que imponha um certo conjunto de reformas de redistribuição, que podem ir mais longe do que tra um partido de centro numa sociedade europeia, mas estão dispostas a aceitar isso para evitar do seu ponto de vista males maiores.

Neste momento, as responsabilidades da Sedes pensam em termos de projeto socialista, não numa óptica social-democrata, não se pelas razões que já apontei mas por razões de ordem ideológica de fundo. Pensamos que neste momento o socialismo é algo que está no orden do dia em Portugal, por várias razões, e pensamos em socialismo não meramente em termos de uma sociedade em que coexistirá a existir permanentemente um forte sector capitalista, de grandes empresas, mas de uma sociedade que no futuro terá que garantir uma igualdade das pessoas em relação ao poder político e em relação ao poder económico.

Isto não é evidentemente incompatível com a existência dum sector privado de pequenas empresas, o que está em causa é o poder económico das grandes unidades.

Aquela ideia de igualdade parece-me o valor central do socialismo e quando falio em igualdade não me refiro a uma mera igualdade de mercedarias, ou seja uma igualdade de oportunidades, mas faio numa verdadeira igualdade porque é isso que, no meu entender, é o denominador comum da ideia socialista e da verdadeira democracia.

EXP — Então a comissão coordenadora da SEDES defende um socialismo marxista?

V. C. — Não creio que se possa de forma alguma concluir isso, já que acabou de dizer, embora seja evidente que o marxismo dentro da ideologia socialista tem uma importância fundamental que ninguém pode negar ao pensar

na ideia que o facto também é que a ideia socialista foi elaborada por muitos outros pensadores que existiram antes de Marx, nos quais precisamente se encontra por exemplo, nos valores de igualdade que eu referi como ideia central do socialismo.

A ideia não adota, assim, o marxismo como ideologia e menos ainda nas vertentes ortodoxas que resultaram da revolução da corrente marxista depois de Marx.

Por outro lado, posso salientar quando falio na ideia de igualdade penso também no socialismo como um método de organização da sociedade em que efectivamente existe uma participação colectiva nas decisões, por forma a que a sociedade se conduza por forma voluntária e não entregue aos mecanismos, seja do mercado, seja dos resultados do progresso técnico, mas em que há uma participação que assegura que a sociedade e ela própria que escolhe o seu destino e isso só é possível se a igualdade existe.

E portanto, partindo desta base, no momento as pessoas que estão à frente da Sedes, estarão mais

próximas do espaço político ocupado pelo Partido Socialista do que o do Partido Popular Democrático, se é que estão a intereterar bem os documentos que de um outro têm sido a público.

Em termos pessoais, creio, no entanto, que em termos realistas e porque pretendo que Portugal se encontre a parir, para a realização de uma ideia socialista por via democrática pacífica, penso que isto possa por um período mais ou menos longo de transição em que terá que haver uma coexistência com o sector capitalista. Período de coexistência em que se insere uma regra a impor ao sector capitalista "dos lucros segundo o Plano" e onde se inserem outras coisas que neste momento o G. P. não tem ainda mandado para executar, como sejam a expansão do sector público no ordenamento por forma a que ele possa constituir um exemplo de gestão democrática das unidades produtivas, e a criação de contrapoderes e mecanismos de participação ao nível da sociedade no seu consumo e no das empresas, por forma que estas ideias de igualdade perante o poder económico e o poder político vão fazendo o seu caminho, até virão a ser aceites plenamente dentro de um consenso político maioritário no futuro em Portugal.

Entre a Suécia e a Iugoslávia

EXP — Esse período de transição pode demorar quanto tempo?

V. C. — Não faço ideia.

EXP — Há alguma sociedade existente neste momento cujo modelo se aproxima daquele que os membros da comissão coordenadora da Sedes gostariam de ver implantado em Portugal? A União Soviética, a Iugoslávia, a China e a Suécia?

V. C. — Não. Naturalmente não.

EXP — Qual o que mais se aproxima?

V. C. — Não está perto de nenhuma delas se me faz em termos de proximidade.

EXP — Percebemos perfeitamente que não possa indicar nenhum, mas repara, que isto é uma das

ambiguidades dos dirigentes do P. S. que aparecem a fazer um determinado tipo de afirmações de esquerda e por outro lado são amigos e colegas dos sociais democratas europeus.

V. C. — Essa é sem dúvida uma das ambiguidades do P. S. e é o próprio partido que terá que esclarecer num futuro próximo. Mas se não se pode falar em termos de proximidade a nenhum dos países que referiu, se quiser marcar uma linha intermédia eu diria que se pretende no futuro qualquer coisa entre a Suécia e a Iugoslávia, mas sem afirmar se será mais perto de um ou do outro.



O ACTUAL Secretário de Estado do Planeamento, dr. Vitor Constâncio, nasceu em 12 de Outubro de 1943, e concluiu a licenciatura em Economia pelo I.S.C.E.F. em 1965. Seguidamente, foi assistente do dr. João Salgueiro na cadeira de Economia I, tendo interrompido as actividades académicas para cumprir o serviço militar.

Posteriormente, leccionou as cadeiras de História Económica e História das Doutrinas Económicas e Sociais que tinham como encarregado de regência o prof. Teixeira Pinto.

Durante três anos co-regeu com o prof. Pereira de Moura a cadeira de Teoria Económica II. Foi também regente de Contabilidade Nacional e Teoria e Aplicação do Planeamento. Entretanto, em 1970, entrou como colaborador eventual, para o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, tendo participado nos trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento, onde veio a dirigir a parte técnica das projecções macro-económicas. Em 1973 saiu do Secretariado Técnico para entrar no Centro de Estudos de Planeamento (dirigido pelo dr. João Salgueiro) como responsável pelo Núcleo de Estudos de Planeamento Global.

Em Setembro do mesmo ano partiu para Inglaterra, onde frequentou um curso de pós-graduação em Política Económica Nacional na Universidade de Bristol. Regressou após o 25 de Abril, sem ter cumprido as provas finais do curso que a Universidade concordou em adiar por prazo indefinido, não sabendo de momento, no entanto, quando prosseguirá os estudos com vista ao doutoramento.

Faz parte de há umas semanas para cá do Conselho coordenador da SEDES.